



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680039 - SP (2021/0218649-6)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRUNO DIAZ NAPOLITANO - SP236733
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RENATO APARECIDO DOS SANTOS CARDOSO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RENATO APARECIDO DOS SANTOS CARDOSO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (N. 2012654-53.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do crime de homicídio. O *habeas corpus* impetrado no Tribunal de origem que visava a revogação da prisão preventiva foi denegado. Contra tal acórdão sobreveio o presente *writ*.

O impetrante sustenta, em suma, que a decisão que decretou a prisão preventiva carece de fundamentação idônea e que não estão presentes os requisitos que autorizam a referida medida cautelar.

Requer, em pedido liminar, possa o paciente aguardar em liberdade o julgamento definitivo do presente *habeas corpus*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente com ou sem a imposição de medidas cautelares nos termos do art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente